

Comunicação pública entre o consenso e o antagonismo dos discursos sobre aquecimento global. O impacto para políticas públicas de sustentabilidade¹

Maria José da Costa Oliveira

Grupo de Pesquisa em Comunicação Pública e Política – Compol – São Paulo/SP

Heloiza Matos e Nobre

Universidade de São Paulo – São Paulo/SP

Ronaldo Barbosa

Universidade Estadual de Campinas – Campinas/SP

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o impacto da comunicação nas políticas públicas de sustentabilidade a partir do debate em torno do aquecimento global. Para tanto, são apresentadas, com base em Mouffe (2015), as diferentes coalizões que se formam em torno do tema, tendo em vista as disputas e conflitos que marcam o atual cenário da comunicação pública no Brasil, além de considerar o impacto de notícias falsas (Fake News), que tem gerado desconfiança e comprometido a conscientização em torno da problemática em questão. Para analisar os conflitos produzidos pelas diferentes coalizões em torno do aquecimento global propõe-se a aplicação do modelo da Advocacy Coalition Framework, para o entendimento das disputas existentes.

Palavras-chave

Coalizões em conflito; Sustentabilidade; Comunicação Pública; Aquecimento global; Advocacy Coalition Framework

Introdução

A Teia da Vida – título do livro de Fritjof Capra publicado em 1996 - evidencia a importância de uma visão sistêmica do planeta, já que os sistemas vivos são interligados e interdependentes, como são as questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais.

Assim, nessa mesma perspectiva, é possível afirmar que tratar de tema que relacione comunicação e meio ambiente exige visão sistêmica e integrada, que permita a convergência das diversas variáveis e áreas do conhecimento.

Este artigo, porém, concentra-se no objetivo de analisar o impacto da comunicação nas políticas públicas de sustentabilidade, delimitado a partir do debate em torno do aquecimento global; nos últimos anos esse tema, que parecia ter certo consenso sobre a perspectiva de que a Terra estaria aquecendo em velocidade cada vez mais acelerada decorrente do impacto gerado pelo ser humano, passou a contar com contestações.

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT) Relações Públicas, política e sociedade, atividade integrante do XIV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

Mas é justamente a partir do surgimento de diferentes percepções e dos embates multiplicados que essa temática demonstra seu potencial para ser analisada sob o ponto de vista da comunicação pública, pois envolve discussões e debates em torno de temas de interesse público.

Ainda que o tema sustentabilidade esteja aqui delimitado ao aquecimento global, observe-se que também importa para os fins que se pretende neste artigo analisar o fenômeno das contestações em torno de temas que já tinham adquirido aparente consenso, afinal, o cenário atual desconstrói a existência da mesma compreensão e postura sobre temas de interesse público, dentro da sociedade cada vez mais complexa e diversa.

Muitos outros temas também têm merecido disputas no contexto da comunicação pública, como é o caso do formato da Terra ou da imunização por vacina. Em alguns desses casos, como ocorre com o aquecimento global, é possível perceber questões, que já apresentavam respaldo de boa parte da comunidade científica, voltando à arena do debate.

O avanço da tecnologia, em especial com o advento da internet 2.0, estimulou as opiniões divergentes e mesmo os conflitos, já que viabilizou o acesso de cada cidadão não só à informação, como também à manifestação de opiniões.

Se por um lado as redes sociais ampliaram o narcisismo, expondo o que é da esfera privada na esfera pública, por outro suscitou e amplificou o debate em torno de temas fundamentais, como os que estão relacionados com a sustentabilidade.

Assim, é possível fazer uma leitura desse fenômeno como expressão democrática das diferentes vozes que se manifestam, exemplificando o que se entende por comunicação pública, ou seja, a comunicação sobre temas de interesse público, que surgem como possibilidade real de debate na arena pública.

Por outro lado, no ambiente de pós-verdade², surgem mais do que opiniões. Muitas das expressões não são isentas e procuram atender a interesses escusos, com base em argumentações que não contam com comprovação científica, fazendo uso frequente das chamadas *Fake News*³ (notícias falsas), capazes de influenciar opiniões e criar clima de desconfiança generalizado.

² Pós-verdade é um neologismo que descreve a situação na qual, na hora de criar e modelar a opinião pública, os fatos objetivos têm menos influência que os apelos às emoções e às crenças pessoais. Na cultura política, se denomina **política da pós-verdade** (ou **política pós-factual**) aquela na qual o debate se enquadra em apelos emocionais, desconectando-se dos detalhes da política pública, e pela reiterada afirmação de pontos de discussão nos quais as réplicas fáticas — os fatos — são ignoradas. A pós-verdade difere da tradicional disputa e falsificação da verdade, dando-lhe uma "importância secundária". Resume-se como a ideia em que "algo que aparente ser verdade é mais importante que a própria verdade". Para alguns autores, a pós-verdade é simplesmente mentira, fraude ou falsidade encobertas com o termo politicamente correto de "pós-verdade", que ocultaria a tradicional propaganda política. (<https://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%B3s-verdade>) - acesso em 16/01/2020.

³ Fake News (termo em inglês *que designa notícias falsas*) são uma forma de imprensa marrom que consiste na distribuição deliberada de desinformação ou boatos via jornal impresso, televisão, rádio, ou ainda *online*, como nas mídias sociais. Este

Mas seria a essência da comunicação e da tecnologia voltada para promover desinformação sobre questões ligadas à sustentabilidade e tantas outras de interesse público? Estariam os sujeitos da sociedade atual preparados para discernir entre o que é falso e o que é verdade? Ao mesmo tempo, estariam esses sujeitos abertos a ouvir os argumentos válidos daqueles que se contrapõem às suas posições?

Sustentável, a propósito, é aquilo que se mantém ao longo do tempo – uma condição, um processo, uma história. Para tanto, é fundamental a comunicação, como exercício de uma capacidade intrínseca aos seres humanos. E é justamente essa capacidade de comunicação que permite o compartilhamento de experiências e a aquisição de conhecimento, que impulsiona a evolução.

“Quando se acredita que a humanidade pode evoluir com inteligência, respeitando o meio ambiente, compartilhando experiências e buscando soluções construídas coletivamente, fica evidente a relação intrínseca que existe entre comunicação e sustentabilidade, em que todos os atores da sociedade precisam empreender esse diálogo. (OLIVEIRA E MIOTTO, 2018)

Comunicação pública e interesse público

Mas de que comunicação estamos falando?

Os temas ligados à sustentabilidade ambiental, como é o caso do aquecimento global, demandam uma comunicação mais ampla, sistêmica e articulada entre os diferentes atores sociais, com vistas ao interesse público. Essa comunicação é entendida como aquela praticada no espaço público democratizado, envolvendo os diferentes setores da sociedade e tratando de temas de interesse público, sendo denominada como “comunicação pública”.

Para Brandão (2003, p. 6), a comunicação pública é a informação cívica que inclui a *accountability*⁴, portanto, transparência, prestação de contas, responsabilidade e confiança são aspectos fundamentais para sua existência. São também fundamentais o respeito e empatia, pois, mesmo diante de indivíduos e grupos com diferentes pontos de vista, tornam possível o reconhecimento e a valorização de diferentes vozes, com diferentes histórias de vida.

Comunicação pública, conforme defende Matos (1999, p. 2) é aquela “[...] que envolveria o cidadão de maneira mais diversa, participativa, estabelecendo um fluxo de relações comunicativas entre o Estado e a sociedade”. No entender da autora, este conceito “[...] se

tipo de notícia é escrito e publicado com a intenção de enganar, a fim de se obter ganhos financeiros ou políticos, muitas vezes com manchetes sensacionalistas, exageradas ou evidentemente falsas para chamar a atenção. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Not%C3%ADcia_falsa). Acesso em 16/01/2020.

⁴ *Accountability* é um conceito da esfera ética com significados variados. Frequentemente é usado em circunstâncias que denotam responsabilidade civil, imputabilidade, obrigações e prestação de contas. Na administração, a *accountability* é considerada um aspecto central da governança, tanto na esfera pública como na esfera privada, como a controladoria ou contabilidade de custos.

remete ao processo de comunicação instaurado em uma esfera pública que engloba Estado, governo e sociedade, num espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública do país”. (op.cit., p. 3)

A discussão, envolvendo controvérsia e as diferentes opiniões sobre, por exemplo, questões de sustentabilidade, são vistas como características dessa arena de debate democrático, desde que tenha por base a *accountability*, para garantir a relação de confiança e a responsabilidade moral de seus participantes. Essa condição pode permitir alianças efetivas entre os diferentes setores da sociedade; algo que corre o risco de não acontecer com o avanço das Fake News.

Para endossar essa análise, recorreremos a Habermas, segundo o qual há implicações importantes decorrentes da responsabilização dos cidadãos pela cogestão do Estado. Estas implicações

“[...] ultrapassam a esfera das relações políticas na medida em que fortalecem o tecido de articulações entre os próprios cidadãos e colocam na pauta de discussões questões que, mesmo sendo originárias da esfera privada, interferem no modo de vida da coletividade”(1997, p. 30).

Essa postura sintetiza a importância da participação e articulações nas discussões em nome do interesse público e da comunicação exercida neste processo.

Matos (2007, pp. 47-58) sustenta que comunicação pública evoca pluralidade de estilos, gêneros, pontos de vista, opiniões e visões de mundo. Essa pluralidade evidencia, também, a importância do diálogo, dos debates, nas discussões e deliberações que levam à tomada de decisão em situações que impactam a sociedade, coerente com as demandas sociais, no que se refere às iniciativas que estimulem a participação coletiva e o sentimento de conexão entre pessoas por meio de novas ideias e soluções sustentáveis.

Segundo Weber (2017, p. 24), a complexidade do conceito de comunicação pública reside na sua vinculação ao paradigma e à utopia da esfera pública de Habermas,⁵ que valoriza a comunicação, o debate público e, conseqüentemente, a deliberação direcionados para o interesse público.

Conforme endossa Matos (op. cit., 2007, p. 47), comunicação pública pode ser entendida como espaço plural para a intervenção do cidadão no debate das questões de interesse público, a partir do qual é possível vislumbrar possibilidades de atuação que contribuam para a transformação social, considerando os valores determinantes da formação do cidadão no

⁵ Para Habermas, a teoria deve ser crítica, engajada nas lutas políticas do presente e no construir-se em nome do futuro revolucionário; é um exame teórico e crítico da ideologia, mas também uma crítica revolucionária do presente. O projeto filosófico de Habermas (1987) é o de uma crítica ao positivismo e, sobretudo, à ideologia dele resultante, ou seja, o tecnicismo.

contexto democrático, tais como liberdade, igualdade e razão, enfatizados na discussão que produz consciência e visão.

Nesse sentido, a comunicação pública adquire relevância no âmbito da sustentabilidade, já que o interesse público é um aspecto comum a esses conceitos. Além disso, a comunicação pública, como espaço de debate, de interlocução e de deliberação, amplia as possibilidades de qualidade democrática⁶ e evidencia a essência da sustentabilidade, assumida não apenas por governos, mas por todos os atores que integram a sociedade.

Entre o consenso e o antagonismo

Conforme visto, ao tratar de comunicação pública boa parte dos autores consideram Habermas uma das principais referências, tendo em vista sua inegável contribuição para os estudos ligados à constituição da esfera pública, à deliberação e à teoria da ação comunicativa.

Esta última se destaca para os propósitos deste artigo por apresentar a centralização da teoria social habermasiana ao redor dos problemas do diálogo e do consenso, que coloca a linguagem elevada à condição de instrumento fundamental para alcançar consensos envolvendo a totalidade dos atores sociais. Há, assim, a tentativa de legitimar a construção de uma visão de mundo por meio da interação com outros indivíduos e a sociedade em geral.

Caracterizando a deliberação pública como o âmago do processo democrático, Habermas sugere uma divisão entre princípios liberais de democracia e princípios republicanos. O modelo liberal tem a proposta centrada na capacidade do Estado para mediar conflitos e administrar a sociedade do ponto de vista das necessidades do mercado econômico. Já o republicano, refere-se ao projeto de construir um sistema político global centrado na capacidade de articulação da sociedade civil.

Tais diferenças levam à necessidade de formulação de um modelo alternativo, segundo Habermas, integrando elementos da teoria liberal e republicana, construindo novas formas de consenso fundamentadas numa teoria democrática discursiva.

Todavia, mesmo diante da importante contribuição de Habermas para os estudos de comunicação pública, é preciso reconhecer que sua teoria não tem se mostrado suficiente para analisar os antagonismos que surgem e se fortalecem numa conjuntura marcada pela presença das redes sociais, consolidadas como fenômeno de expressão de diferentes vozes, nem sempre dispostas ao diálogo.

Habermas considera que os processos de tomada de decisão enfatizam a predisposição ao

⁶ Maria Helena Weber defende a comunicação pública como indicador da qualidade da democracia.

entendimento e o alcance de um consenso (2008, p. 138-139), que só pode ocorrer após a validação dos argumentos por meio do debate. Porém, diante da atual de ausência de diálogo e de predisposição ao entendimento, a referência em Chantal Mouffe (2015) se apresenta mais adequada, por valorizar o campo discursivo em que a democracia é delineada.

Mouffe vê o conflito como um elemento fundamental das disputas por hegemonia e o considera absolutamente necessário (MOUFFE, 2015, p.2), apostando na radicalidade da discussão pública até que se encontre uma saída para o antagonismo entre os adversários políticos, transformando-o em agonismo.

Enquanto o antagonismo é uma relação nós/eles em que os dois lados são inimigos que não possuem nenhum ponto em comum, o agonismo é uma relação nós/eles em que as partes conflitantes, embora reconhecendo que não existe nenhuma solução racional para o conflito, ainda assim reconhecem a legitimidade de seus oponentes. Eles são “adversários”, não inimigos. Isso quer dizer que, embora em conflito, eles se consideram pertencentes ao mesmo ente político, partilhando de um mesmo espaço simbólico dentro do qual tem lugar o conflito. Poderíamos dizer que a tarefa da democracia é transformar antagonismo em agonismo. (MOUFFE, 2015, p. 19).

Assim, é pelo enfrentamento do conflito, e não pelo consenso, que se busca alcançar uma saída para o antagonismo. Mouffe (2015) insiste que o confronto de opiniões deve ocorrer por meio de canais que organizem essas discussões para além da discussão do certo e do errado, ou seja, da moral.

Mouffe e Habermas se alinham, porém, na proposta de criar procedimentos para o debate, que, por sua vez, articula-se em torno das forças socioeconômicas que engendram os diferentes lados da discussão.

Discussão essa que ganhou amplitude com os avanços tecnológicos, a quem coube o papel de proporcionar maior circulação de informações, ideias, bem como a disseminação, em tempo real, dos fatos ocorridos em todo o mundo (VILAÇA, 2012, p. 27).

Para Castells (2000; 2009), a revolução tecnológica representou a base para a sedimentação da sociedade da informação e, à medida que interagiu com a economia e com a própria sociedade, foi constituindo um novo paradigma, cujas características são: ter a informação como matéria-prima – uma vez que seria a tecnologia a atuar sobre a informação; a penetrabilidade; a lógica de redes – onde é necessário se adaptar a um nível mais complexo de interação; a flexibilidade – fator determinante em uma sociedade em constante mudança; e a convergência – que também trouxe a interdependência entre os já existentes e os novos avanços (VILAÇA, 2012, p. 28).

Esses pressupostos teóricos indicam a relevância para entender como são feitas as argumentações em torno de temas de interesse público, como o aquecimento global. Bem

como a importância de usar tecnologia para identificar as chamadas Fake News, de forma a assegurar que o debate agonístico se realize diante de argumentos válidos, que garantam a confiabilidade e legitimidade.

Porém, antes de avançarmos na análise sobre a validade dos argumentos, cabe entendermos as diferentes posições que têm surgido em torno do aquecimento global.

Aquecimento global e as diferentes coalizões

Analisando o objeto em questão, é possível afirmar que diversos pesquisadores têm dedicado seus estudos ao aquecimento global. Todavia, por ser uma questão que impacta diretamente cada indivíduo, é preciso considerar até que ponto esses estudos utilizam comunicação capaz de alcançar a sociedade em geral, fornecendo dados que possam ser compreendidos e enriqueçam o debate sobre o tema.

A distância entre o discurso científico e a população abre espaço para diferentes percepções sobre o mesmo.

O que acaba acontecendo é o que os psicólogos chamam de capacidade heurística, ou seja, as pessoas, ao tentarem decidir se o aquecimento global é ou não um fenômeno real, usam dados mais acessíveis e fáceis de serem compreendidos, como, por exemplo, o clima local, em vez de buscar por informações mais objetivas, como a temperatura global ao longo dos períodos, taxa de emissões de gases causadores do efeito estufa, etc. Mas não é apenas o clima local que influencia as pessoas. De acordo com o estudo, outros fatores não científicos também exercem um grande papel na escolha da posição delas perante o aquecimento global. Pessoas que se identificam politicamente como liberais, por exemplo, são mais prováveis de acreditar no aquecimento global do que os conservadores, os jovens mais prováveis do que os mais velhos, as mulheres mais do que os homens, etc. (<https://www.docol.com.br/planetaagua/viva-sustentabilidade/sua-posicao-em-relacao-ao-aquecimento-global-e-afetada-pela-temperatura-local/>)

Ao realizar um levantamento sobre as diferentes posições que têm se configurado sobre o aquecimento global, pudemos identificar as coalizões a seguir:

1. A primeira delas considera que o aquecimento global existe e é culpa do homem, sendo a argumentação predominante no meio científico e a mais publicada pelos meios de comunicação. Baseia-se na elevação das temperaturas em função da emissão dos chamados gases-estufa, como o CO₂ (gás carbônico) e o CFC (clorofluorcarboneto), que intensificam o efeito estufa, um fenômeno originalmente natural responsável pela manutenção do calor na Terra graças à retenção dos raios solares.

Seus defensores baseiam-se em dados do IPCC, o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, órgão ligado à ONU (Organização das Nações Unidas), segundo o qual cerca de 90% das alterações climáticas foram causadas pelo homem e apenas 10% são naturais. De acordo com os dados referentes à elevação de CO₂ e CH₄ (gás metano), a Terra nos próximos anos elevaria sua temperatura em 2°C ou 3°C, o que poderia provocar terríveis consequências para o planeta, como a elevação do nível dos oceanos, em função do degelo do Ártico e da Antártida.

2. Na segunda posição alguns cientistas até admitem a existência do aquecimento global, mas defendem que esse processo é natural, pois o principal fator que influencia o clima da Terra seria o Sol, e não os gases atmosféricos. Dessa forma, com o aumento das atividades solares, a tendência seria o aquecimento médio das temperaturas no planeta. Entre os principais defensores, cita-se o nome de Timothy Ball, PhD da Universidade de Londres.

Essa posição, entre outras críticas, contesta a ameaça representada pelos gases-estufa. Alguns cientistas chegam a afirmar que o CO₂ é, na verdade, benéfico para a atmosfera terrestre, pois estimula o desenvolvimento e crescimento das vegetações. Além disso, mesmo que ele fosse danoso ao meio ambiente, seu impacto não seria tão grave, uma vez que a sua concentração na atmosfera é inferior a 1%.

Seguindo essa linha de argumentação, considera-se que se o CO₂ representasse uma ameaça, o planeta Marte deveria ser mais quente do que a Terra, uma vez que sua atmosfera é composta em mais de 95% por esse gás. No entanto, suas temperaturas são, em média, de -50°C.

3. A terceira posição considera que o aquecimento global não existe, defendendo que se trata de uma teoria que jamais foi provada. Para os que integram essa coalizão, esse “alarmismo” seria uma estratégia dos países desenvolvidos para evitar o aumento do consumo e do padrão de vida do mundo subdesenvolvido, envolvendo também outras questões políticas e que não possuem uma real validade científica.

Entre os defensores dessa tese, podemos destacar Timothy Oke, climatólogo canadense, Ricardo Augusto Felício, climatólogo e professor da USP, e Luiz Carlos Molion, meteorologista da Universidade Federal de Alagoas.

Há, inclusive, a afirmação de que a Terra possa se resfriar nos próximos anos. Isso porque a atividade solar é cíclica, sendo assim, durante o período em que ela é mais intensa, as temperaturas aumentam e, quando a atividade solar diminui, as temperaturas abaixam, o que deve ocorrer nos próximos 20 ou 30 anos. As

temperaturas só se elevariam em locais específicos, como os centros urbanos, em função das ilhas de calor.

Além disso, seria também necessário considerar a influência dos oceanos sobre o clima, uma vez que a maior parte da superfície terrestre é composta por eles. Assim, alguns fatores atmosféricos, como a umidade do ar, alteram-se conforme as oscilações das temperaturas oceânicas. Um dos elementos utilizados como argumento é a Oscilação Decadal do Pacífico, um fenômeno que, a cada 20 anos, altera as temperaturas do Oceano Pacífico e influencia o clima em todo o mundo (PENA, 2020).

O aquecimento global, cuja discussão tem sido fortalecida no cenário atual, tornou-se pauta de uma arena intensa de discussões com posturas antagônicas disputando influência direta nas políticas públicas de sustentabilidade.

Os embates argumentativos entre os que consideram o aquecimento global como resultado da ação do ser humano, e aqueles que reconhecem sua existência, mas o consideram como um processo natural e ainda os que defendem que o aquecimento sequer existe, confirmam a crítica de Esteves (2003) acerca da impossibilidade de concretização de um espaço público movido pelo consenso. Em vez disso, o espaço público se fragmenta e dilui em posições dispersas. A comunicação pública torna-se, então, refém da intolerância ao argumento opositor.

Utilizar ferramentas de verificação da veracidade da informação é algo necessário e que precisa ser incorporado como prática cotidiana, a fim de se evitar a corrosão da confiança nas informações compartilhadas. Portanto, antes de verificar as diferentes coalizões que se formam em torno de determinados temas, é preciso observar a veracidade do que se propaga como parte dessas diferentes posições.

Nesse sentido, atualmente vêm sendo desenvolvidos alguns aplicativos, como o Detector de Fake News NILC – USP – Detecção Automática de Notícias Falsas para o Português, criado por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Acessado pelo WhatsApp ou por uma página da web, o aplicativo demanda que se copie e cole o texto de uma notícia para que o robô identifique se o conteúdo é falso ou não. Uma série de códigos é utilizada para identificar os principais padrões linguísticos de cada tipo de texto (<https://revistagalileu.globo.com/Tecnologia/noticia/2018/10/usp-e-ufscar-criam-ferramenta-que-detecta-fake-news.html>).

Esse exemplo de aplicativo apresenta, como outros, algumas limitações, uma vez que ainda está em estágios iniciais de teste e, por isso, não é extremamente preciso. Mesmo assim, a

busca de alternativas para garantir trocas argumentativas devidamente fundamentadas torna-se necessária para que, mesmo reconhecendo diferentes coalizões em torno de determinados temas, essas estabeleçam debate com argumentos válidos.

O *Advocacy*⁷ *Coalition Framework* aplicado aos embates sobre aquecimento global

O *Advocacy Coalition Framework* (ACF) propõe uma matriz teórica e metodológica para analisar como se formam coalizões em disputa para influenciar uma determinada política pública. Nesse sentido, aqui a matriz é utilizada com o objetivo de realizar análise mais abrangente sobre as trocas argumentativas (WEIBLE; SABATIER, 2006; WEIBLE, SABATIER, MCQUEEN, 2009), aplicadas às disputas relacionadas ao aquecimento global, o que permitirá identificar os valores defendidos pelas coalizões.

A matriz da *Advocacy Coalition* coloca em contraposição os antagonismos entre os grupos que divergem sobre o tema. Segundo CAPELARI et al. (2014), o modelo procura compreender a formulação e os padrões de mudanças nas políticas públicas numa perspectiva temporal de uma década ou mais. Também está orientado pelo entendimento de que as políticas públicas nas sociedades contemporâneas são complexas, tanto substantivas como legalmente, pois envolvem conflitos de metas, importantes disputas técnicas, múltiplos atores e variados níveis de governo, como ocorre com o aquecimento global.

O ACF tem expandido a análise para acadêmicos, jornalistas, agentes de variados níveis de governo e outros atores, desde que se tornem atores especializados e, portanto, de alguma forma potencialmente influentes na formulação e implementação da política (WEIBLE, SABATIER; MCQUEEN, 2009).

Sabatier descreve um subsistema de políticas públicas como um conjunto de atores individuais ou coletivos de uma variedade de organizações públicas, privadas e da sociedade civil (ONGs), num determinado escopo geográfico, que está ativamente preocupado com determinada questão de política pública e que regularmente tenta influenciar as decisões naquele domínio (SABATIER e JENKINS-SMITH, 1999).

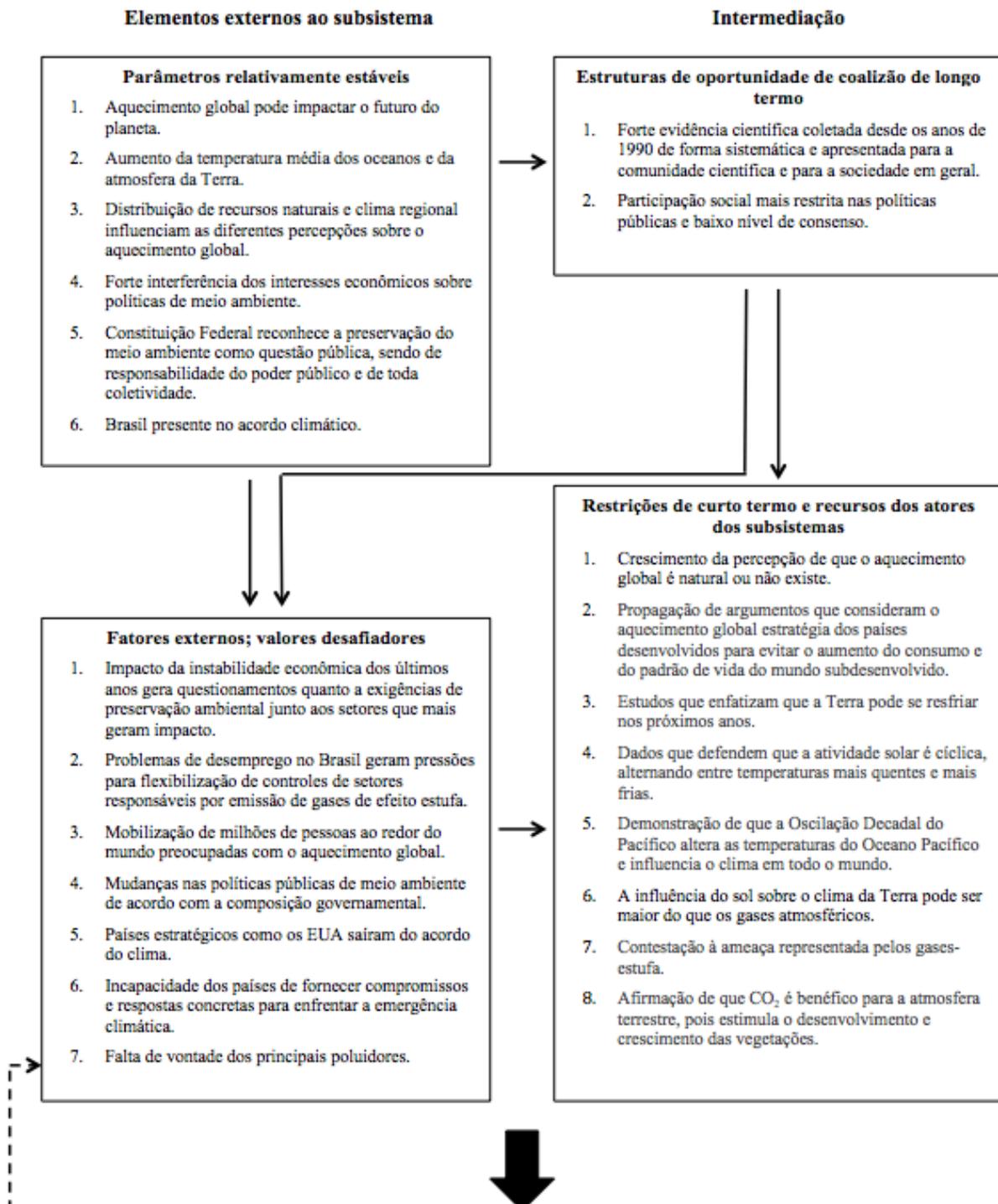
Para Vicente et al., (2011), de um modo geral, o ACF tenta mostrar como agrupamentos concorrentes de grupos e indivíduos (*advocacy coalitions*) competem por políticas

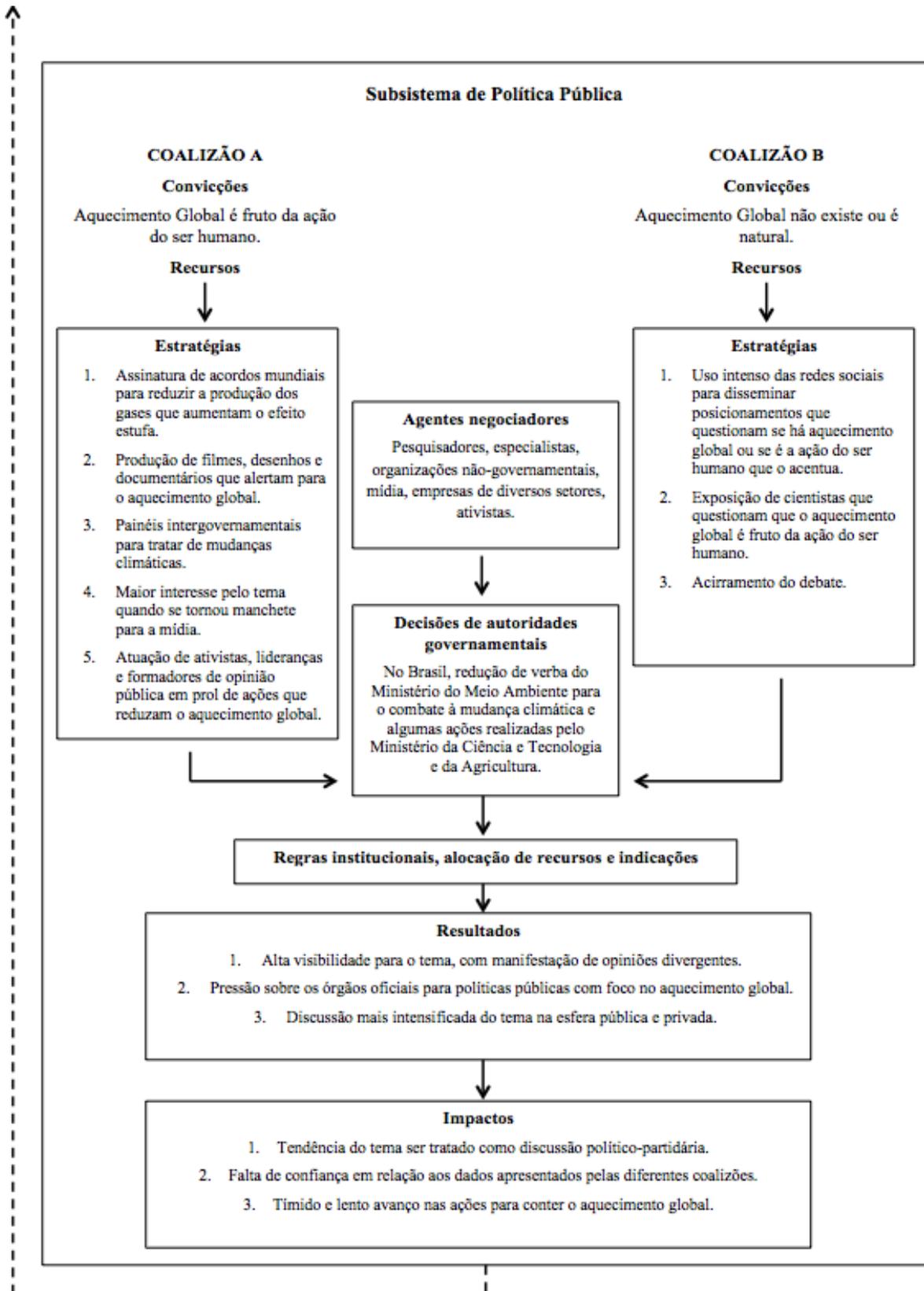
⁷ *Advocacy* é uma prática política levada a cabo por indivíduo, organização ou grupo de pressão, no interior das instituições do sistema político, com a finalidade influenciar a formulação de **políticas** e a alocação de recursos públicos. A *advocacy* pode incluir inúmeras atividades, tais como campanhas por meio da imprensa, promoção de eventos públicos, comissionamento e publicação de estudos, pesquisas e documentos para servir aos seus objetivos. O *Lobbying* é uma forma de *advocacy* realizada mediante a abordagem direta dos legisladores para defender determinado objetivo e tem um papel importante na política moderna. Estudos têm explorado o modo pelo qual os grupos de *advocacy* utilizam os meios de comunicação social para promover a mobilização civil e a ação coletiva em defesa dos interesses que defendem. (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Advocacy>)

“vencedoras” num determinado subsistema usando estratégias políticas para afetar favoravelmente decisões, bem como informações técnicas e científicas para mudar pontos de vista de outras coalizões (SABATIER, 1988).

Na sequência, apresenta-se o diagrama aplicado com uma leitura inicial das disputas em torno do aquecimento global, a partir das coalizões já descritas anteriormente.

Figura 1 – Diagrama da *Advocacy Coalition Framework* – sobre o Aquecimento Global.





Fonte: Diagrama adaptado pelos autores com base em Sabatier e Weible (2007, p. 202).

Conforme pode ser observado, o diagrama trabalha com o ambiente externo, dividido em parâmetros relativamente estáveis e eventos externos, de um lado, e com o subsistema de políticas públicas de outro. Na intermediação, colocam-se as estruturas de oportunidade das coalizões, e as limitações e recursos dos atores do subsistema. As setas explicitam relações de causalidade subjacentes no modelo.

Considerações finais

Neste artigo objetivou-se analisar o impacto que a comunicação, por meio da manifestação de opiniões diversas, é capaz de provocar em questões voltadas para a sustentabilidade, a partir da discussão produzida em torno do aquecimento global.

Por se tratar de objeto de interesse público, a preocupação com o adensamento argumentativo das manifestações sobre o tema exige atenção, principalmente frente à fragilidade de alguns discursos que se respaldam em notícias falsas, gerando prejuízos à sociedade, ao meio ambiente e à própria qualidade democrática.

Por isso, antes de analisar as diferentes coalizões e suas respectivas argumentações sobre o tema, tratou-se de enfatizar a vulnerabilidade das trocas argumentativas quando essas se baseiam em *Fake News*, que descontrolam e desqualificam a própria democracia, que deve ser pautada na discussão que gera consciência e razão.

Tendo a teoria de Chantal Mouffe para justificar um cenário com pouca propensão ao consenso, já que as coalizões que se formam em torno do tema se colocam na posição de nós/eles, é possível ter uma percepção de que, mesmo assim, vivemos uma democracia em estágio diverso daquele que poderia ser analisado exclusivamente com base na teoria habermasiana e que ainda requer avançar do antagonismo para o agonismo.

Para finalizar, a proposta da aplicação da matriz ACF nos permitiu entender a forma como coalizões concorrentes têm utilizado estratégias políticas e de comunicação, bem como informações técnicas e científicas para afetar decisões e mudar pontos de vista em relação ao aquecimento global.

Portanto, a comunicação pública, na perspectiva aqui analisada, pode ser definida como espaço da diversidade de opiniões sobre temas de interesse público, cujos atores, com diferentes perspectivas, expressam-se por trocas argumentativas, que visam influenciar políticas públicas.

A partir deste artigo, novos desmembramentos serão delineados por meio de levantamentos e análises empíricas que comprovem, na prática, o impacto da comunicação pública nas

políticas públicas de sustentabilidade, mesmo frente às coalizões em conflito distantes do consenso, cujos resultados serão expostos posteriormente.

Referências

BRANDÃO, E. Comunicação pública: conceito incomum. In: BRANDÃO, E; MATOS, H.; MARTINS, L. *Algumas abordagens em comunicação pública*. Coleção Textos em Comunicação, ano 1, v. 1, n. 3, Brasília: Casa das Musas, 2003.

CAPELARI, M. G. M.; CALMON, P. C. D. P.; ARAÚJO, S. M. V. G. Advocacy Coalition Framework – ACF: Um balanço das pesquisas nacionais. VI Encontro de Administração Pública e Governança, Belo Horizonte – MG, novembro de 2014.

CAPRA, F. *A Teia da Vida*. São Paulo: Cultrix, 1996.

CASTELLS, M. *Comunicación y poder*. Maria Hernández (Trad). Alianza Editorial, 2009.
_____. *Fim do Milênio*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ESTEVES, J. P. Espaço Público político. In: ESTEVES, J. P. Espaço público e democracia: comunicação, processo de sentido e identidade social. São Leopoldo, Unisinos, 2003.

HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. v. 2 Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. *Consciencia moral y acción comunicativa*. Trad. Ramón Cotarelo García. Madrid: Editorial Trotta, 2008.

MATOS, H. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: DUARTE, J. (Org.). *Comunicação Pública*. Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007. p. 47-58.

_____. Comunicação pública – democracia e cidadania: o caso do legislativo. In: XXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 22., 1999. *Anais...*, Rio de Janeiro: Intercom, 1999.

MOUFFE, C. *Sobre o Político*. São Paulo. Martins Fontes, 2015.

OLIVEIRA, M. J. C; MIOTTO, L. B. *Vida sustentável e comunicação: O diálogo necessário entre Estado, mercado e sociedade civil*. Curitiba, Appris, 2018.

SABATIER, P. A. An Advocacy Coalition Framework of Policy Change and the Role of Policy-Oriented Learning Therein. *Policy Sciences*, v.21, 1988. p.129-168.

SABATIER, P.A; WEIBLE, C.M. The advocacy coalition framework: Innovations, and clarifications. In SABATIER, P.A (Ed.). *Theories of the Policy Process*. 2a Ed. Boulder: Westview Press, 2007. p. 189-220.

SABATIER, P.; JENKINS-SMITH, H. The advocacy coalition framework: An assessment. In SABATIER, P.A (Ed.). *Theories of the Policy Process*. Boulder: Westview Press, 1999. p.117-166.

WEBER, M. H. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: WEBER, M. H.; COELHO, M. P.; LOCATELLI, C. (Org.). *Comunicação pública e política: pesquisa e práticas*. Florianópolis: Insular, 2017, p. 23-56.

WEIBLE, C. M.; SABATIER, P. A. A Guide to the Advocacy Coalition Framework. In: FISHER, F.; MILLER, G. J. (Eds.) Handbook of Public Policy Analysis. CRC Press, 2006. Disponível em <<https://ebookcentral-proquest-com.wwwproxy1.library.unsw.edu.au/lib/unsw/detail.action?docID=283245>>. Acesso em: 17 Abril 2017.

WEIBLE, C. M.; SABATIER, P. A.; MCQUEEN, K. Themes and Variations: Taking Stock of the Advocacy Coalition Framework. The Policy Studies Journal 37(1), p 121-140, 2009.

VICENTE, V. M. B.; CALMON, P. C. D. P. A Análise de Políticas Públicas na Perspectiva do Modelo de Coalizões de Defesa. XXXV Encontro da Anpad, 2011 Rio de Janeiro
<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APB2163.pdf> - Acesso em 20/01/2020.

VILAÇA, W. P. T. A Comunicação Interna na gestão da sustentabilidade: um estudo fenomenológico. São Paulo, ECA-USP Tese de doutorado, 2012.

Acessos Online:

Detector de fake News online. <https://olhardigital.com.br/noticia/brasileiros-criam-detector-de-fake-news-que-responde-pelo-whatsapp/79222-> acesso em 21/01/2020.

Revista Galileu - USP e UFSCar criam ferramenta que detecta fake News, 2018. Acesso: <https://revistagalileu.globo.com/Tecnologia/noticia/2018/10/usp-e-ufscar-criam-ferramenta-que-detecta-fake-news.html>

Planeta Água. Sua posição em relação ao aquecimento global é afetada pela temperatura local? 2011. Acesso: <https://www.docol.com.br/planetaagua/viva-sustentabilidade/sua-posicao-em-relacao-ao-aquecimento-global-e-afetada-pela-temperatura-local/>, acesso em 10/02/2020

PENA, R. F. A. - Análises científicas suscitam a dúvida: o Aquecimento Global existe ou não? <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/aquecimento-global-existe-mesmo.htm>. Acesso: em 10/02/2020

CONTEÚDO aberto. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Advocacy>> Acesso em 26/02/2020.